O movimento indigenista e o movimento indígena no BRASIL: o caso Tupinikim e Guarani no Espírito Santo

Arlete Maria Pinheiro Schubert[1]

Tupi, por excelência, extintos, de preferência!

Pensar criticamente a(s) política(s) indigenista(s) exige considerar os projetos dos segmentos da elite brasileira, que se sentia afrontada pela ideia da "mestiçagem" em debate desde a metade do século XIX. Portanto, faremos algumas digressões ao discorrer sobre o tema, traçando um breve esboço do debate literário do Romantismo que tomava para si o tema do indianismo e suas implicações com o que foi considerado *problema indígena*.

Quanto ao indianismo, entendemos que deve ser considerado porque diz respeito a nossa pretendida *indianidade*. O indianismo foi uma expressão do Romantismo, idealizadora dos índios, feita a partir da literatura e que influenciou toda uma geração de escritores brasileiros que descobriu nela (no afã de estabelecer uma literatura própria), o potencial da ficção indianista. Na literatura indianista, o índio é representado como o mito de fundação nacional, de preferência o *Tupi*. Certamente, trata-se de um índio idealizado, literalmente *pintado* nos quadros e romances da época, portanto, compatível com os valores e padrões de comportamento da civilização europeia, estereótipo muito presente ainda hoje no imaginário brasileiro. Interessante que se observados à luz do processo colonizador, *indianismo* e *indigenismo* ganham conotação de compartilhamento de colonialidade. Nesse sentido, ambos se referem à subordinação, hierarquização e/ou subordinação das diferenças e, portanto, negam a igualdade da diversidade.

[1]Mestre em Educação/Ufes.

Na perspectiva literária do Romantismo, o indianismo, que assemelhava indígenas e europeus, rivalizou com as narrativas construídas a partir das perspectivas consideradas científicas (e nem por isso menos "ficcionais"), que ficaram a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Discutia-se o que é ser "brasileiro", e as vozes mais potentes eram aquelas que apregoavam um nacionalismo exclusivamente branco, excluindo índios e negros (entre essas, encontramos a voz forte de Francisco Adolfo Varnhagen, sócio correspondente do IHGB, em 1841).

Gonçalves Dias, poeta e romancista brasileiro, também um estudioso da História do Brasil foi nomeado para o IHGB e desde 1846, integrou comissões e expedições de reconhecimento das riquezas e populações do território brasileiro, tendo sido encarregado de um dos trabalhos etnográficos que tinha como missão estudar os índios, considerando três quesitos: aspectos físicos, moral e social; conhecer a opinião deles sobre os brancos e buscar documentação sobre a história do Brasil nos cartórios provinciais.

Para Carneiro Cunha (2002), o debate que aconteceu a partir do fim do século XVIII até o século XIX, dizia respeito às ações a serem desenvolvidas em relação aos índios. No fundo se perguntavam, se deviam "exterminar os índios 'bravos', 'desinfetando' os sertões – solução em geral propícia aos colonos — ou, se cumpria civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha a sua possível incorporação como mão-de-obra. Ou seja, em termos da época, se deveriam usar de brandura ou de violência" (CARNEIRO CUNHA, 2002, p.134). A autora conclui tratando das consequências desse debate, cujas práticas não deixam dúvidas, "pois tratava mesmo de forma teórica, da humanidade ou animalidade dos índios", questão já anunciada desde o século XVI.

Diferente do século XVI , em que se havia perguntado se os indivíduos encontrados no novo continente tinham ou não alma (mas não parece ter duvidado de que se tratavam de homens e mulheres realmente), No século XIX não houve escrúpulos em se questionar se "eram humanos ou animais" aqueles seres com os quais tratavam. Foi por meio do cientificismo do século XIX que se ousou demarcar as fronteiras entre humanos e antropóides. Blumenbach, um dos fundadores da antropologia física, analisou o crânio de um Botocudo e o classificou a meio caminho entre o orangotango e o homem. Presença constante no pensamento brasileiro, essa questão atravessou a tradição antropológica da segunda metade do século XIX, eivada de depreciações que se arraigaram profundamente no imaginário nacional.

O Museu Nacional foi outra instituição a partir da qual vários estudos foram estimulados. Apresentou pesquisas não somente a respeito dos "primitivos habitantes do Brasil", mas da mestiçagem e, enfim, do que podíamos antever para o futuro do povo brasileiro. Nessa época era comum, a partir da recém-criada antropologia física, "inferir atributos intelectuais e morais dos indivíduos a partir dos estudos de características físicas" (SANTOS, 2002, p. 114).

Portanto, comparecem vários estudos com a disseminação de abundantes argumentos alimentando "as convicções acerca da desigualdade entre as raças" (SANTOS, 2002, p.144).

Tais estudos, baseados em detalhes de descrições da morfologia e das medições dos ossos, em seu conjunto, tinham por objetivo, de acordo com um de seus autores, construir "[...] uma história do homem fóssil no Brasil (LACERDA, citado por SANTOS, 2002, p. 116).

Naquele momento, respaldado por várias pesquisas cientificas, ganhava ares de ciência no imaginário nacional o contraste entre índio histórico, matriz da nacionalidade - *tupi por excelência, extinto de preferência* -, e o índio contemporâneo, integrante das 'hordas selvagens' errantes pelos sertões, incultos. A primeira categoria (índios históricos) seria a dos Tupi e Guarani, que figuravam na auto imagem que o Brasil pretendia fazer de si, enquanto a segunda (índio contemporâneo) seria os genericamente denominados Botocudo ou Tapuia, contraponto e inimigos dos Tupi na história inicial da Colônia.

Varnhagen, em 1867, citado um discurso do senador Dantas de Barros Leite, escreveu:

> No Reino animal, há raças perdidas; parece que a raça índia, por um efeito de sua organização física, não podendo progredir no meio da civilização, está condenada a esse desfecho. Há animais que só podem produzir e progredir no maio das trevas; e se os levam para a presença da luz, ou morrem ou desaparecem. Da mesma sorte entre as raças humanas, o índio parece ter uma organização incompatível com a civilização (VARNHAGEN, citado por CARENEIRO da CUNHA, 2002, p. 135).

Parece-nos que esses foram alguns dos suportes "científicos", a partir dos quais foram modeladas e afirmadas algumas ideias e pré-conceitos que hoje se constituem como senso comum a respeito dos indígenas na sociedade brasileira, entre esses: *bárbaros, animais, ferozes, desprovidos de cultura, preguiçosos, vadios, inaptos, infantis, degenerados*, e outros desqualificativos, nossos velhos conhecidos.

Políticas indigenistas

No Brasil do século XIX, podemos identificar três regimes políticos, embora dois terços desse século se configurem como Império, esse inicia ainda na Colônia e termina na República Velha. Inicia-se com pleno tráfico negreiro e termina com as grandes levas de imigrantes livres chegando ao Brasil. É um período de tensões entre oligarquias locais e surtos de centralização de poder.

No século XIX, a *questão indígena* adquire outros contornos, e torna-se essencialmente uma *questão de terras*, passando a ser discutida como política geral a ser adotada no Brasil, pois o índio era cada vez menos essencial como mão de obra. Entretanto, ainda persistia a discussão se os índios apresentavam ou não indicio de aperfeiçoamento, se deviam ser aniquilados ou integrados à sociedade brasileira etc. (CARNEIRO DA CUNHA, 2002)

Havia também vozes dissonantes que se opunham à ideia do simples extermínio dos índios. Lembremos dos debates e dos projetos então preparando a Constituição de 1822, sendo o de José Bonifácio o mais célebre, embora hoje se constate que não varia a ladainha. As suas considerações sob o título "*Apontamentos para a civilisação dos índios bravos do Império do Brazil*", tratando da "sujeição ao jugo da lei e do trabalho, tratando de aldeamentos", não foram incorporados ao projeto constitucional (CARNEIRO DA CUNHA, 2002, p. 138). Outros documentos foram apresentados dizendo-se reconhecer a premência do tema, mas nunca foram tomadas "medidas mais amplas e permanentes" referentes à questão, como solicitado. O Regulamento das Missões, promulgado em 1845, é considerado como o único documento indigenista geral do Império, mesmo assim, é considerado um documento mais administrativo que político.

Em 1870, uma experiência de Couto de Magalhães, no vale do rio Araguaia, foi reconhecida pelo governo, que pretendeu estendê-la a outras localidades. Seguia uma diretriz que preconizava o abandono da política de concentração e aldeamento dos índios, e previa a criação de um internato para crianças indígenas, obtidas a troca de ferramentas, e destinadas a serem "intérpretes" linguísticas e culturais e a levarem, juntamente com os missionários, a civilização aos seus parentes. O governo chegou a preparar um programa de ensino Nheegantu, mas na última década do Império não se ouvirá mais falar no assunto. (CARNEIRO DA CUNHA, 2002, p. 140). Nessas tentativas já se apresenta a concepção integracionista que oficialmente se afirmará mais tarde.

Os positivistas também sinalizavam com proposta de uma política indigenista que fosse mais respeitosa. Em seu projeto de 1890, a respeito dos índios, propunham no artigo 1º. Inciso II:

> [...] A federação deles limita-se à manutenção das relações amistosas hoje reconhecidas como um dever entre nações distintas e simpáticas, por um lado: e, por outro lado, em garantir-lhe a proteção do governo federal contra qualquer violência, quer em suas pessoas, quer em seus territórios. Estes não poderão ser atravessados sem o seu prévio consentimento pacificamente solicitado e só pacificamente obtido (LEMOS; MENDES citados por CARNEIRO DA CUNHA, 2002, p. 136).

Nas décadas subsequentes, argumentos prós e contras os índios e "o que se deveria fazer com eles" continuaram sendo elaborados, inclusive por meio de estudos, se estendendo a um tema que se lançou no debate internacional, entitulado *Notas de Tipos antropológicos do Brasil* - de Roquete-Pinto, 1929. Esse estudo, especificamente, tomava por base a defesa dos mestiços, que já se constituíam como "tipo nacional", e eram vistos com preconceito pelas elites nacionais e internacionais. As investigações pretendiam "averiguar a viabilidade biológica e intelectual dos mestiços" (SANTOS, 2002, p.121). O estudo também apresentava posicionamento crítico à política migratória nacional, estabelecida pelo governo, que estimulava a vinda de indivíduos brancos para o Brasil, em oposição aos mestiços.

É a partir desse contexto que procuramos localizar uma concepção oficial do que seria a questão indígena no Brasil, a partir de então, considerada por órgão indígena governamental específico, o Serviço de Proteção aos índios/SPI. Instituído em 1910, esse sofre influências diretas das sucessivas fases econômicas nas quais o Brasil é lançado. Serão consideradas, a seguir, as concepções indigenistas que orientaram as práticas oficiais, para pensar suas transformações à luz dos movimentos indígenas e dos movimentos indigenistas.

Atrair e pacificar: aos bárbaros, ordem e progresso!

Benedito Prezia (1991; 2004) é um dos autores que avalia o final do século XIX como "[...] um cenário de guerra contra os indígenas" na sociedade brasileira, em quase todo o território, sobretudo pelas *novas áreas econômicas*, que surgiam. Escreve ele:

> [...] aldeias e até povos inteiros foram massacrados, desde os Apuinã, no Acre, Os Muras, no Amazonas, os Canelas, no Maranhão, os Botocudos, no Leste, e os Oti, totalmente exterminados no interior de SP. Além disso, eram frequentes as escravizações, como faziam os seringalistas na Amazônia com os Yanomadi, Kulina e Kaxinawa, destruindo aldeias e roubando mulheres. (PREZIA, 1991, p.144).

Foi sob intensa pressão de intelectuais nacionais e internacionais, que o governo criou o Serviço de Apoio aos índios e de Localização dos Trabalhadores Nacionais, que esteve ligado ao ministério da Guerra. Somente mais tarde houve o desmembramento, criando-se o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910.

Nessa conjuntura, a partir da criação do SPI, não podemos falar em *indigenismo* sem Rondon (engenheiro-militar) e os positivistas, que propunham outra maneira de ver os povos indígenas. Rondon e os demais positivistas acreditavam na incorporação da população indígena à civilização como "proveitosa" para os índios. Argumentavam que os índios poderiam conhecer os "progressos da civilização", se lhes fossem dados os meios materiais e defendiam que essa 'incorporação' tinha que ser espontânea. Por isso, defendiam métodos pacíficos e compreensão para a atitude agressiva do índio que defende seu território. A partir dessa mesma visão, colocou-se como uma das metas do SPI "[...] transformar os índios em populações laboriosas e úteis à comunidade" (PREZIA, 1991, p.145).

Cândido da Silva Rondon criticava as praticas de extermínio, bem como de assimilação veloz, como as praticadas por algumas missões religiosas, defendendo que deveria ser respeitada a passagem de algumas gerações para ascenderem ao *pensamento científico*. Defendia que eles poderiam ser os guardiões das fronteiras da nação, conceituando-os como "os primeiros brasileiros", lembrando que viviam sob tutela da nação (OLIVEIRA, 1995, p.65).

Empregando o lema *Morrer, se preciso for, matar, nunca*, Rondon acreditava que a pátria possuía um valor absoluto e que era preciso buscar "os interesses gerais do país". Por isso, usando o que foram considerados "processos fraternais", transferiu os Pareci de suas terras, para que eles protegessem e conservassem as linhas telegráficas recém-construídas. Como veremos, pensar a questão indígena sob essas perspectivas, logo deixou de corresponder à realidade, pois não se tratava mais de ocupar ou vigiar fronteiras políticas, pois a expansão era, então, da ordem das fronteiras econômicas, desde as décadas de 1950 e 1960.

Oliveira (1995) defende que, mesmo tendo como objetivo o "respeito e a demarcação das terras das populações contatadas", a política indigenista daquele período teve consequências muitas vezes desastrosas, pois se tratava de uma visão *integracionista*, que misturava os interesses econômicos e os políticos partidários.

Encontramos registros do próprio SPI que relatam a impossibilidade que encontravam em conformar interesses econômicos e culturais tão díspares como os das culturas indígenas e os da civilização que desenvolvemos. Nos relatos, são encontrados alguns resultados funestos dessas ações de atração e pacificação que eram desenvolvidas junto aos índios.

No relatório do SPI de 1954, encontrado na biblioteca do Museu Emilio Goeldi, lemos o seguinte registro: "A pacificação de uma tribo tem representado sempre a perda de seu território de caça e coleta, invadido por extratores de produtos da mata, criadores, conforme a economia dominante na região. [...]. O relatório continua: "[...] Os Xavantes, pacificados em 1946, *estão perdendo suas terras para latifundiários que nunca as viram, mas especulam sobre sua valorização futura* (SPI/1954. Relatório de atividades, fl.7, grifo meu).

No relatório reclamava-se da confiança que o governo local e mesmo as instituições federais, inspirava nos usurpadores que, segundo o relato, "zombam dos protestos do SPI, confiados no apoio do governo [...]"(SPI/1954. Relatório de atividades, fl.7).

No Espírito Santo, logo após a criação do SPI a região do norte do estado, bem como do sul da Bahia foram usadas para criar alguns polos de atuação. Polos de atração foram criados para a pacificação dos índios Botocudos, com objetivo de evitar a paralisação da construção das Estradas de Ferro Bahia- Minas e Vitória-Minas que penetraram no último território dos Botocudos (PARAISO, 2002, p.420).

Segundo conclusão da FUNAI, os poucos autores que escreveram sobre os Tupinikim "assinalam que os anos 1966 e 1967 foram decisivos na alteração do panorama fundiário da região". Guimarães (1982, p. 151), Medeiros (1983) e Martins (1986) constataram que "[...] esses anos marcaram a entrada da empresa Aracruz Florestal na região, seguida da progressiva expulsão dos índios" (Relatório FUNAI, fls 066). Temos, assim, durante a construção de República Brasileira, uma concepção que considera o índio inferior, incapaz de desenvolvimento se não se tornasse "civiliza-

do". Como podemos constatar, tratou-se da imposição e do domínio de uma cultura, de uma religião, de uma economia e seu modo de trabalho.

Algumas análises, como a de Darcy Ribeiro ao formular os pressupostos da política indigenista na década de 1950, acreditavam que o Estado brasileiro seria capaz de uma "intervenção racional e protetora" em relação aos índios. Para ele, as questões econômicas e os processos capitalistas, não passariam de "meros resíduos de modos superados de produção" e não pareciam ter influência no processo de destruição das populações, como vinha ocorrendo. Essas ocorrências eram entendidas por Ribeiro como "[...] abusos despóticos de interesses locais [...] que não teriam condição de atuar, uma vez denunciados e postos sob vigilância dos órgãos governamentais e da opinião pública esclarecida" (RIBEIRO, 1970, p. 196).

Infelizmente, para aspectos centrais do debate, como o econômico, essa avaliação se mostrara equivocada, posto que empreendimentos privados, bem como estatais, contaram com incentivo ou aval do governo federal, como foi o caso dos empreendimentos no Espírito Santo, onde habitavam os Tupinikim e Guarani, na década de 1950/1960. Por outro lado, cada vez que tais abusos e violência foram cometidos, e que as vozes indígenas e não indígenas se elevaram, ampliando-se para além da sociedade civil local, alcançando diferentes países, resultou uma intervenção do Estado para solucionar ou considerar questões específicas, até então ignoradas.

A partir desses confrontos, os povos indígenas foram aos poucos se tornando uma das vozes mais enfáticas na defesa de suas territorialidades, constituindo um processo próprio, nascido desses embates e aproximações, e que passamos a denominar *movimento indígena*. Não raras vezes foram eles que fizeram o contraponto aos empreendimentos econômicos que identificaram como danosos as suas territorialidades.

Em 1967, quando a FUNAI substituiu o SPI, assumiu-se a doutrina de *proteção fraternal ao índio*, sistematizada, divulgada e colocada em prática pelo engenheiro-militar Cândido Rondon, primeiro dirigente do SPI, que afirmava que os índios deviam ser *integrados à comunhão nacional*. Lembramos que nessa concepção, os índios eram pensados como os guardiões das fronteiras políticas da nação, e viveriam sob a tutela direta do Estado. A tese defendida era do breve desaparecimento desses povos, assim que integrados à "comunhão nacional", por isso não era considerada e nem era necessário demarcar terras indígenas.

“Integrados à comunhão nacional” ou: apropriando-se dos mecanismos da sociedade?

A tese de “extinção” defendida por diferentes correntes de pensamentos desde o século XIX até o século XX e sustentada inicialmente por teorias da Antropologia e da História, como vimos, se mostrou inapta para a questão, visto que os indígenas *rexistiram* ao embate com a civilização. Há muito que essas teorias foram revistas, e nesse contexto de revisão vêm fornecendo importantes subsídios para “desenvolver estratégias políticas para que os próprios indígenas moldem o seu futuro diante dos desafios e das condições do contato e da dominação” (MONTEIRO, 1995, p. 227).

Nas últimas décadas, ocorreram mudanças significativas nos prognósticos que apostavam no desaparecimento dos povos indígenas, de forma que há um certo otimismo no futuro desses povos, animando a sociedade brasileira e boa parte da América Latina. Nesse contexto, os movimentos indígenas superaram sua invisibilidade, e se explicitaram à medida que as sociedades não indígenas também ganharam certa organicidade popular.

O *movimento indígena e o movimento indigenista* desenvolveram processos de interação que apresentam contornos diferentes dos articulados até então. Não que não houvesses antes um movimento indígena, mas agora esse se manifestava enquanto ator histórico, definindo o seu lugar e com poder de intervir em políticas que antes não suspeitava intervir. Isso se reflete por conta de um movimento mais geral de organização que ocorreu na sociedade civil, e supõe um *movimento indígena* mais formalizado nos moldes da nossa sociedade, ocorrendo com mais ênfase a partir de promulgação da Constituição de 1988.

A partir desse momento assistimos ao que Oliveira (2005, p. 7) denominou “fenômeno da incorporação de mecanismos de representação política por delegação”, apropriado por alguns povos para assim lidarem com uma sociedade que lhes impedia o acesso a direitos. A partir dessa apropriação, os indígenas estabeleceram canais de comunicação com nossas sociedades modernas, para tratar de suas demandas territoriais, assistenciais, educacionais, comerciais, de comunicação, entre outras.

Alguns acreditaram por um bom tempo que um órgão indigenista forte resultaria em melhoria da situação dos índios. A história mostrou que os próprios órgãos do governo participavam na intrusão das áreas indígenas, mostrando-se a FUNAI inca-

paz de exercer o seu papel de controle e vigilância dessas áreas. A história recente mostra também que são as próprias lideranças e organizações indígenas que conseguem avançar no cuidado de seus territórios e direitos. A questão da representação dos interesses indígenas no plano supralocal somente poderia ser compreendida e avaliada no Brasil se considerada uma “sociologia dos intermediários não indígenas”, como algo que a constituiu e que a conformou.

Pensamos que atribuir o avanço dos direitos indígenas às mobilizações dos próprios índios, sem desconsiderar o apoio do *indigenismo não oficial* credibiliza e potencializa a solidariedade humana como balizadora de justiça. Essa afirmação se torna central nas considerações que faremos neste artigo, ao propor uma breve exposição dos *movimentos indigenistas* organizados enquanto tais, e suas transformações, para em seguida avançar para os *movimentos indígenas e suas organizações*, ao longo das últimas décadas, considerando alguns dos seus desafios e tensões.

O movimento indigenista e o indigenismo-ambiental

A percepção da sociedade civil organizada de que a sobrevivência dos povos indígenas em risco, “dependeria em parte da conscientização da sociedade brasileira” (PREZIA, 1994, p. 61) foi um dos pilares das primeiras organizações não governamentais de apoio a esses povos. O mesmo autor avalia ainda que foi o projeto governamental de emancipação dos indígenas que causou a polêmica na sociedade, despertando para um indigenismo mais organizado e formalizado na sociedade civil.

Considerando alguns dados organizados pelo pesquisador Carlos Alberto Ricardo (p.50-51), as primeiras organizações indigenistas surgiram no final da década de 1960. A “Operação Padre Anchieta” — OPAN — no Mato Grosso, Amazonas e Maranhão encontra-se como uma das primeiras com registro em cartório. Logo em seguida, outras organizações surgem, algumas com perfil missionário e outros laicos. Ou seja, temos as primeiras organizações formalizadas constituindo-se em um período de implantação dos grandes projetos econômicos no país.

No entanto, nessas organizações havia o discernimento de que a luta deveria ser protagonizada pelos próprios indígenas. Incentivam, assim, a organização das primeiras *assembleias de lideranças indígenas* que tiveram importância funda-

mental nas *organizações indígenas* representativas que surgiram e se formalizaram no final da década de 1970.

Em continuidade ao movimento indigenista das décadas de 1960 a 1980, surgiu um novo movimento, também de apelo global, que vem sendo chamado de “ambientalismo-indigenista”. Os defensores “do progresso e do desenvolvimento” avaliam esse movimento como “uma guerra irregular”.

Para o jornalista Lorenzo Carrasco (2008), o Brasil passou a ocupar uma posição privilegiada nessa estratégia irregular a partir da década de 1980. Após o assassinato de Chico Mendes, “[...] cuja transformação em um fato de proporções mundiais, constituiu uma evidência cabal da intenção de apresentar o País como o ‘vilão ambiental número um’ do planeta”. Essa afirmação, proferida no clube da aeronáutica, acrescenta ainda, que após fortes campanhas internacionais que apresentavam a Amazônia em iminente perigo de devastação, fortes pressões políticas e diplomáticas foram feitas para que o País aceitasse os princípios de “soberania restrita” sobre a região.

Com versões semelhantes, os críticos do ambientalismo especulam ainda sobre uma possível “conspiração” dos ambientalista-indigenistas que, junto a inimigos internacionais, em uma

> [...] autêntica força de ocupação territorial”, interferem diretamente sobre as políticas governamentais “referentes à definição de grandes reservas naturais e indígenas e, igualmente, promovendo ruidosas campanhas e propaganda contra projetos, de infraestrutura energética, de energia nuclear, biotecnologia, (...)” (CARRASCO, 2008).

Trago essa abordagem para o texto para afirmar da dimensão dos confrontos quando se trata de debater e defender interesses que dizem respeito não somente aos indígenas, mas a outros modos de ser-produzir que não essa história única que nos apresentam. Não poucas vezes, os argumentos trazidos pelos defensores dos interesses econômicos capitalistas contêm apelos nacionalistas aceitos e defendidos por pessoas que não se preocupam em acessar as informações ou diferentes perspectivas, para considerá-las numa análise séria e contextualizada. Os neocolonizadores “jogam” com o imaginário e o sentimentalismo, e contam com o desconhecimento e a desinformação para formar seus exércitos de defensores de ideias como as expostas, contra a diversidade, as diferenças, e a ecologia, defensores da sociedade monocultural em todas as suas expressões.

Eles não estão enganados, pois se trata sim de uma estratégia quando pessoas, grupos, coletividades se organizam e se articulam para defender ou opinar sobre questões que incidem diretamente sobre suas vidas. Esses sujeitos estão perguntando pelas opções em que uns poucos homens se arrogaram o direito de fazer para construir nosso percurso de humanidade e a quais encruzilhadas nos têm levado tais opções. Estão apontando para uma crise que determina a revisão dessas opções, posto que vemos entrar em colapso o projeto de desenvolvimento que parte da humanidade empreende.

Para os críticos do indigenismo, quase sempre avessos aos ambientalistas, atos de obediência à Constituição Brasileira são considerados "prejuízos" ao País. Esses mesmos críticos creditam a conta dos ditos *prejuízos* aos movimentos a que costumam chamar de "aparato ambientalista-indigenista". Eis uma pequena listagem dos empreendimentos públicos e privados e ações que se encontram em conflito com os movimentos indígenas e o movimento ambiental-indigenista:

◊ Usina hidrelétrica de Belo Monte (ex-Cararaô), no rio Xingu (PA);
◊ Complexo Hidrelétrico-Hidroviário do Rio Madeira;
◊ Hidrovias Araguaia-Tocantins, Tapajós-Teles Pires e Paraguai-Paraná;
◊ Prosseguimento do *programa nuclear,* em especial a conclusão da usina Angra-3;
◊ Desenvolvimento de organismos geneticamente modificados (transgênicos);
◊ Expansão da indústria agroflorestal (monoculturas do agronegócio exportador).

A propósito, deve haver para outros povos e populações uma outra noção do que significa *prejuízo*, lembramos aqui apenas dois relatos pelos cronistas dos séculos XVI e XVII que apresentam a existência de milhares de currais nas margens do rio Amazonas, onde era praticada a semidomesticação das tartarugas fluviais, alimentadas com mandioca e plantas leguminosas, pelos indígenas. Menos de dois séculos depois da chegada dos colonizadores, inúmeras espécies desapareceram devido ao manejo irracional praticado por esses, que entendem a existência da natureza com o único objetivo de servi-los. Relatam também a respeito dos conhecimentos indígenas das plantas da floresta: 1/4 de todas as drogas medicinais prescritas provem das plantas das florestas e 3/4 destas foram colhidas a partir de informações fornecidas pelos povos indígenas. Sabemos que eles não se opõem ao uso de seus conhecimentos, mas revoltam-se quando sabem que tais informações são transformadas em mercadorias, com fins sabidamente lucrativos, e não como conhecimentos para salvar vidas.

Quando estes e outros dados são tomados em conjunto entendemos porque indígenas e ambientalistas tendem sempre a se opor a empreendimentos gigantescos. Certamente, trata-se de uma estratégia, e para consolidá-la - entendida por uns como questionadora do modelo de desenvolvimento predador em curso - diversos povos indígenas criaram e formalizaram as *organizações indígenas*, representativas de suas reivindicações. A articulação com outros povos e com a sociedade nacional, e muitas vezes internacional, constituiu o chamado *movimento indígena organizado*. Por tudo que apresentamos, podemos refletir sobre porque as terras indígenas, o capital simbólico representado por cerca de 222 povos e 180 línguas, são protagonistas de maior importância na luta desses povos.

A concepção ambiental-indigenista que desponta nas décadas de 1980 e 1990, trouxe uma nova postura, pois contempla questões que tocam em cada um de nós, indígenas e não indígenas, com diferentes intensidades: mulheres e homens, crianças, jovens, idosos, doutores, professores, estudantes, camponeses, operários... Aponta-nos uma oportunidade para refletirmos sobre a economia do acúmulo, da destruição, e se realmente não há alternativas ao que nos apresentam como única possibilidade; desafia-nos a sermos realmente inventores de respostas, sermos capazes de ressignificar respostas credíveis à economia do egoísmo. Trata-se, nesse caso, de potencializar o presente para que ele não deixe de ser uma fonte de respostas coletivas e criativas.

O movimento indígena organizado e seus desafios o caso Tupinikim e Guarani no ES

> Quem se lembra, ainda, dos índios tupiniquins que as crianças brancas conheceram nas aulas do primário e do ginásio? Porque muito tempo se disse: séculos de contato com os brancos destruíram os tupiniquins... Eles viviam no litoral. Foram amigos dos portugueses. Lutaram ao lado dos portugueses contra os ferozes Tupinambás. Na história da nossa infância, os tupinambás eram os vilões, aliados dos franceses. Os tupiniquins eram os bons índios, os amigos (MEDEIROS, 1983, p.65).

"Atrair e pacificar" sempre implicaram em impor arbitrariamente aos indígenas: nomes de chefes, concentrar população, implantar sistemas de organizações estra-

nhos, explorar recursos naturais de forma predatória, tudo em nome da "integração à comunhão nacional": Há pouco tempo uma liderança indígena declarava em uma mesa de debate de que participamos o seu verdadeiro nome, recusado e alterado no cartório por se tratar de nome indígena: DE WOLILI, nome de seus avô ou bisavô, passou a se chamar Lili.

Cansados de serem considerados objetos de observação, os indígenas protagonizaram cenas marcantes na mídia televisa do país e no cenário da política nacional nas décadas de 1980 e 1990. Passaram de observados a observadores das reações provocadas na sociedade por suas ações muitas vezes espetaculares. Conhecedores da nossa sociedade, ofereciam "produtos de troca" para a nossa mídia do espetáculo.

Muitos têm conhecimento do cacique Mario Juruna, com seu gravador, gravando promessas de políticos em Brasília; do gesto marcante de Ailton Krenak ao pintar o rosto com jenipapo durante discurso no plenário do Congresso Nacional Constituinte. Um outro momento desses foi num dos eventos definidores da agenda das lutas indígenas e indigenistas, na cidade paraense de Altamira, em 1989. Nesse encontro foi criada a agenda de ações contra os grandes projetos para a Amazônia, quando então diretor da Eletronorte foi interpelado por uma mulher Kaiapó – Truíra - que lhe advertiu, chegando a tocar sua face com a lâmina de seu terçado.

A Usina de Belo Monte, no rio Xingu, estaria sendo construída naqueles anos, mas o esforço conjunto das mobilizações indígenas, ambientalistas, indigenistas conseguiu protelar a obra. Em 2009/2010 estamos novamente às voltas com o esforço do governo para o prosseguimento dessa obra gigantesca e de tantos outros empreendimentos de grandes impactos socioculturais e socioambientais.

Para nos darmos conta dos esforços que devem ser conjugados para tentar frear a depredação socioambiental em curso, lembramos as mobilizações que ocorreram na realização da Conferência Internacional Rio 92; da criação da Raposa Serra do Sol, (demarcada e homologada em 2009); da luta dos Tupinikim e dos Guarani , no Espírito Santo, pela regularização de suas terras (demarcada em 2008, com homologação em 09/11/2010, publicada no Diário Oficial da União). Momentos que se constituíram num desses esforços conjuntos de pressão nacional e internacional para que o território indígena finalmente fosse regularizado.

Algumas organizações indígenas existentes são de caráter étnico e de base local, a exemplo da AITG – Associação Indígena Tupinikim e Guarani. Outras são

regionais ou nacionais e de caráter interétnico, a exemplo da APOINME, Articulação dos Povos Indígenas Nordeste, Minas e Espírito Santo e o CIR- Conselho Indígena de Roraima. Muitas surgiram a partir de alguma reivindicação específica e nem chegaram a se institucionalizar formalmente, cumpriram seu papel e desapareceram. Pesquisas apontam que as comunidades indígenas "entendem essas organizações não tradicionais como canais para tratar e receber recursos externos, apenas"(RICARDO, 1995, p. 50).

Algumas dessas organizações foram deliberadamente criadas com esse fim, num momento crítico do serviço de assistência oficial, ou são organizações de serviço, não de representação. O mesmo autor questiona se "serviriam aos índios modelos sempre importados, que não reconhecem a especificidade volátil dessas sociedades para transformá-la em virtude?" (RICARDO, 1995, p.20).

As primeiras organizações formalizadas, com registro em cartórios, são localizas na Região Amazônica, sendo a primeira: Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT, de 1982, seguido da Associação de Mulheres do alto Rio Negro - AMARN, em 1984. A Associação dos Povos Indígenas de Roraima- APIR e Associação Xavante de Pimentel Barbosa- AXPB são de 1988 e as não amazônicas surgem também no final da década de 80. São formalizadas aproximadamente oitenta organizações indígenas em uma década, e muitas surgiram desde então, enquanto outras desapareceram, nem chegando a serem formalizadas.

Para algumas lideranças, um dos grandes desafios dessas organizações continua sendo o de não cair na armadilha da representação genérica, exigida e pressionada pelos trâmites da organização da sociedade envolvente. O modelo associativo geralmente entra em conflito com os modos tradicionais de organização social, política e econômica da comunidade ou do povo indígena e são poucos compreensíveis os métodos, os encaminhamentos para as comunidades não indígenas. Isso tem impedido a apropriação qualificada desses instrumentos, como desejavam os indígenas e não indígenas.

O movimento indígena no Brasil, desde a sua criação / organização, a partir da década de 1970, vem atuando em busca da garantia, efetivação e defesa dos direitos indígenas. Segundo algumas de suas lideranças,

> [...] tais reivindicações dar-se-ão pela necessidade dos povos indígenas obterem proteção especial, sem ferir o princípio da organização social e de autonomia de cada povo,

> por considerarmos inúmeros fatores que ameaçam a reprodução física/ cultural de nossos povos. Assim sendo, o movimento indígena pautou como eixo mobilizador da luta: "A Terra" (COSTA- Tapeba. Presidente da ACITA).

O antropólogo Marshal Sahlins defende:

> Nas duas últimas décadas, vários povos do planeta têm contraposto conscientemente sua "cultura" às forças do imperialismo ocidental que os têm afligido há tanto tempo. A cultura aparece aqui como a antítese de um projeto colonialista de estabilização, uma vez que os povos a utilizam não apenas para marcar sua identidade, como para retomar o controle do próprio destino. (SAHLINS. O pessimismo Sentimental)

Assim, os indígenas reconstituem sua história, por meio de diferentes movimentos político-culturais. Querem afirmar sua existência, e não sinalizar apenas para uma construção cronológica e linear, do tipo: antes e depois. Eles estão afirmando tempos e racionalidades que se cruzam e que exigem uma nova leitura da história aprendida e ensinada até então, pois, como pergunta o jornalista Rogério Medeiros: "Quem sabe dos jagunços que avançaram com armas na mão sobre as terras dos Tupiniquins? Quem sabe das grandes florestas onde os índios caçavam e que estão sendo derrubadas? Quem sabe da grande caminhada dos guaranis, sempre a pé, em busca da Terra sem Males?" (MEDEIROS, 1988, p 61).

Tupinikim e Guarani, juntos iniciaram o movimento de retomada de suas terras, na década de 1970, logo em seguida organizaram a instância política mais significativa das suas articulações: a Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim/Guarani, criada em 1991. É nessa instância que os debates e encaminhamentos são realizados e encaminhados às comunidade.

A Comissão estabeleceu como objetivo prioritário a retomada de seu território, e na medida do possível articulação de questões de interesse coletivo, como a assistência nas áreas de saúde, educação e agricultura, ou seja, tratava-se de uma organização cuja finalidade era encaminhar questões que diziam respeito a todas as aldeias. No entanto, permaneceu como uma instância de debate e encaminhamentos, com autoridade especialmente em torno da questão da terra, e não foi formalizada, ou seja, não chegou a ser registrada em cartório.

Entre os anos de 2003/2004, a Comissão foi recomposta com representantes de

todas as aldeias Tupinikim e Guarani. Segue no quadro abaixo o número de participantes das reuniões:

Aldeias T/G	Cacique e Vice-Cacique	Lideranças Comunidades	Associação Indígena	Grupo Mulheres	Total
C. Velha	02	05	01	01	09
Pau Brasil	02	03	-	01	06
Comboios	02	03	01	-	06
Irajá	02	03	-	01	06
Boa Esperança	01	02	-	01	04
Três Palmeiras	01	02	-	01	04
Piraque-açu	01	02	-	01	04

Percebe-se que havia um grupo expressivo se reunindo, mas com participações irregulares, em que reuniões aconteciam com metade do total das representações. Entre eles havia o entendimento que os problemas precisavam ser debatidos pelas lideranças de todas as aldeias, antes de serem tomadas as decisões. Nas reuniões quinzenais eram discutidos temas como os divulgados no único número do Boletim Informativo da Comissão, impresso em 2006: "Nossa Terra, Nossa Liberdade". O objetivo foi relembrar os antecedentes do movimento iniciado em 2005. Em pauta várias questões: A recuperação dos rio Sahy e Guaxindiba , a estação de tratamento de esgoto (ETE) na aldeia Piraque-Açu,; o canal do Rio Doce poluindo do rio Comboios; o modelo de agricultura implementado; legislação Indígena ameaçada pela bancada parlamentar anti-indigenista, em Brasília; a negociação entre Petrobras e empresa Aracruz, para a passagem da tubulação do gasoduto Cacimbas-Vitória, dentro da área indígena.

Para além desses desafios ficava uma grande questão, apontava o Informativo: "Haverá retorno das terras [...] para o povo Tupinikim e Guarani? Em que condições? Servirá para os que virão? As tentativas de diálogo com a empresa, os fracassos, tudo apontava para uma única solução: a retomada das terras.

Assim, avaliamos que os movimentos indígenas têm se apresentando como vetores para reivindicar outras formas de vida, de relação com a natureza, outras formas de "desenvolvimento e progresso".

O cacique Tupinikim, em encontro com moradores da Vila do Riacho (2005)

para conversar sobre os danos sofridos pela ação da empresa, indagava e refletia com os moradores da Vila: "[...] Perguntem para os antigos, os mais velhos... Perguntem como era antes, perguntem dos estragos feitos por aqui: Perguntem pelo fundamento. Aí então vamos saber o que perdemos e quanto custa o reparo das perdas pra nós e pra vocês".

Perguntado pelo direito da empresa, respondeu:

> Se a empresa tem direito? ... Se nós damos o direito a ela de fiscalizar o que sempre foi nosso...? Se ela tem o direito de dizer o que você pode ou não fazer. [...]. Tem que conhecer o fundamento. Como era, como foi e como é agora? [...] Porque, com a gente, a gente era inexperiente e achava uma maravilha a derrubada [da mata] com aqueles tratores, correntões fortes;
> [...] se não tiver a mata não tem a caça, se não tiver a água não tem o peixe e se não tem isso, acabou a vida. Nós fomos reunindo com os parceiros, formando as lideranças, e fomos conquistando os nossos direitos [...] (Seu Antonino- ex cacique de PB, 2005. Anotação pessoal).

Em 2005, sob o lema "Nossa Terra, Nossa Liberdade", a Comissão de Caciques organizou a assembleia das comunidades indígenas, em que foi decidida a retomada das terras que permaneceram com a empresa nas duas lutas anteriores. O informe divulgado pela Comissão de Caciques, afirma: "*O Acordo com a Aracruz não conseguiu resolver nossos problemas, ao contrário, tem nos causado ainda mais dificuldades, gerando dependência econômica, divisão entre as aldeias e enfraquecendo nossa cultura. A morte da nossa cultura é a morte simbólica do nosso povo*" (Nota pública das Comunidades Tupinikim e Guarani do ES. 28-02-2005).

Entendemos que algumas questões estão postas pelas comunidades nesse informe, e que elas se constituem grandes desafios a enfrentar:

- Como ter autonomia em uma sociedade gerida por um único sistema de mercado que encolhe as iniciativas que não obedecem as suas regras?

- Como conseguir garantir a sustentação, produzindo alimentos saudáveis e básicos à subsistência, sem cair na tentação das ofertas que contrariam o equilíbrio ambiental?

Certamente encontramos no interior dessas vozes fortes elementos para um grande debate e o desafio será fazer o percurso necessário na sociedade não índia, abrindo espaços estratégicos para contribuírem para superar defasadas e preconceituosas concepções acerca de suas organizações tradicionais e de suas lutas.

Referências

CARRASCO. L. **O movimento ambientalista-indigenista, conflitos de quarta geração e a Amazônia no século XXI. Amazônia, ameaçada e cobiçada - seminário.** Disponível em http//rondoniaovivo.com.br. Acesso em 20 fev. 2011.

COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO TUPINIKIM E GUARANI, CONSELHO INDIGENISTA MISIONÁRIO – CIMI/LESTE. **Campanha Internacional pela ampliação e demarcação das Terras Indígenas Tupinikim e Guarani.** Aracruz, 1996.

CUNHA Carneiro da, Manuela. (org.) História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapes, 1992.

GRUPO técnico. **Relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velha, Pau Brasil e Comboios.** Portaria n.o 0783/94, 30 de agosto de 1994. v.1, 200 fls. Mimeografado

HALL, Stuart. **Da Diáspora. Identidade e mediações culturais.** Tradução de Adelaide La Guardia Resende; et all. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MEDEIROS, Rogério. **Espírito Santo maldição ecológica.** Coleção Reportagens, vol.1. ASB arte Gráfica e Editora Ltda. RJ, 1983.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Muita terra para pouco índio? Uma introdução (crítica) ao indigenismo e à atualização do preconceito. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luis D. B. (org.). A **temática indígena na escola. Novos subsídio para professores de 1º e 2º. graus.** São Paulo/Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. **Esta terra tinha dono.** 2. ed. São Paulo: FTD, 1991.
SCHUBERT, Arlete M.P.; VILLAS F.M.; OVERBEEK. W. A **reconquista da terra indígena no Espírito Santo.** PROPOSTA, n. 107/108, dez/mai. 2005/2006, p. 48-53.

RICARDO, Carlos Alberto. “Os índios” e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luis D. B. (org.). A **temática indígena na**

escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º. graus. São Paulo/Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação: Debates em Antropologia Física no Brasil (1970-1930). In PEN, Sérgio D.J. (Org.). **Homo Brasilis:** aspectos genéticos, linguísticos, históricos e socioantropólogicos da fomação do povo brasileiro. São Paulo: FUNDEPE-RP, 2002.

SCHUBERT, Arlete M.P. A **sabedoria Ameríndia: uma antiga ecosofia.** Disponível em http// www.comin.org.br. Acesso em 12.08.2010.

SHALINS, Marshal. **O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em vias de extinção** (parte I). Disponível em: http// www. Scielo.br. Acesso em 10.11.2010.

SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luis D. B. (Org.). A **temática indígena na escola. Novos subsídios para professores de 1º e 2º. graus.** São Paulo/Brasília: MEC/ MARI/UNESCO, 1995.

Orientações para trabalhar o texto

O indigenismo e o movimento indígena no brasil – suas lutas e desafios:
o caso tupinikim e guarani

Profa. Arlete M.Pinheiro Schubert

Objetivos

◊ Reconhecer os conceitos "indianismo" e "indigenismo" considerando suas implicações para a questão indígena;

◊ identificar nas lutas dos movimentos indígenas, indigenistas e ambientais questões relacionadas à diversidade ambiental e aos modos-de-ser-produzir;

◊ identificar o território como base de solidariedade entre as diferentes culturas das florestas, na construção dos movimentos indígenas e ambientalistas;

◊ reconhecer algumas aproximações entre esses movimentos e seus desafios.

Resumo

Schubert, A.M.P.

O artigo procura reconstruir uma narrativa das lutas indígenas e indigenistas, levando em conta quais teriam sido os olhares, os enfrentamentos e os paradoxos do que se convencionou chamar a "questão indígena no Brasil". Ao propor uma interpretação para a questão, aborda temas que antecederam as políticas indigenistas oficiais e que pautaram a relação dos colonizadores europeus com os povos indígenas no processo de "invenção do Brasil" e do "homem brasileiro".

Busca uma síntese das orientações das políticas indigenistas oficiais do Brasil, a partir de 1910, em articulação com as fases econômicas desenvolvidas no país. Em seguida, localiza o Espírito Santo nessa política de Estado, relacionando a economia ao processo de "atração e pacificação" dos índios. A partir de então, o artigo identifica os confrontos indígenas com os grandes empreendimentos econômicos como um dos principais fatores responsáveis pela consolidação do movimento indigenista e do movimento indígena organizados e articulados mais recentemente com o movimento socioambiental. O movimento indígena organizado articula-se local e globalmente como vemos em vários casos – entre esses o caso Tupinikim e Guarani no ES – questionando seriamente o modelo de desenvolvimento predador em curso em nossa sociedade. Com isso, esses movimentos atraem para si não somente a hostilidade dos "três poderes" político, econômico e midiático, mas em decorrência disso, a hostilidade da sociedade desinformada sobre a questão.

Entre tantos desafios urgentes, resta-lhes ainda, o desfio de fazerem o percurso necessário na sociedade não índia, abrindo espaços estratégicos para contribuírem para superar defasadas e preconceituosas concepções acerca de suas organizações tradicionais e de suas lutas.

Palavras-chave: Movimento indígena, indigenismo políticas indigenistas, Tupinikim e Guarani

Procedimentos

Embora possam parecer “desnecessários”, os exercícios que propomos têm a função de estimular a leitura *crítica e consciente*. Experimente e observe se o estudo será mais proveitoso ao final da leitura. Essa prática pode auxiliar na escrita da sua própria síntese, podendo ainda agregar questionamentos novos enriquecendo o texto (como respostas ou como perguntas).

1. Leia o texto reconhecendo os subtítulos e anotando-os separadamente. Em seguida proceda a leitura de cada um deles, sublinhando em cada parágrafo o que considerar importante. Note que esse procedimento auxiliará na síntese e na compreensão do tema ao realizar as atividades solicitadas abaixo

2. Para elaboração de sua síntese anote no caderno os fragmentos ou frases grifadas, antes de ler o subtítulo seguinte. Surgindo dúvidas, questionamentos, seria muito proveitoso anotar ao lado para respondê-lo após a leitura completa, ou mesmo compartilhá-la com seu grupo de estudo e/ou convívio.

Problematização

Tarefa 1. Pensando sobre imagens e concepções

1. Observem as fotografias e comentem. A partir das opiniões e impressões apresentadas prossiga com a reflexão sugerida.

Outdoors da Aracruz e indígenas cortando eucalipto.

a. Que tipo de impressões ou ideias as imagens podem causar a um observador externo ao conflito? Quais mensagens as imagens comunicam?

b. Qual o papel do conhecimento na compreensão da realidade? Que conhecimentos são fundamentais na interpretação da realidade?

Para sua reflexão individual:

1. Analise quais as concepções presentes acerca dos indígenas, nessas fotografias.

2. Caracterize o papel do conflito indígena para a sociedade não indígena. Como ele nos interpela enquanto educadoras/es?

Tarefa 2: Entendendo os conceitos e suas relações com a questão indígena

1. Releia o primeiro item do texto e suas anotações e defina os conceitos abordados:
   a. Indianismo;
   b. indigenismo.

2. Estabeleça uma possível relação desses conceitos com as ideologias presentes nas políticas do Estado, apresentadas no item 2 e 3.

3. Produza uma síntese abordando algumas características principais das políticas indigenistas nos diferentes períodos da história do Brasil.. Busque mudanças e permanências entre elas.

4. A partir da leitura dos 4 primeiros itens do texto, especialmente, procure detectar quais as influencias que exercem sobre o debate indígena, respectivamente:
   a) na economia;
   b) na política;
   c) na cultura.

Tarefa 3: A terra como eixo articulador das lutas

1. Releia os itens 5 e 6 (e suas anotações) e defina "movimento indígena" e "movimento indigenista". Dê exemplos e analise algumas articulações existente entre ambos.

2. Comente sobre "a terra", estabelecida como "eixo mobilizador" dos movimentos indígenas. Por que concordamos que ela se tornou o elo principal entre esses movimentos e o indigenismo-ambiental?

Tarefa 4: Avanços e desafios

Ao reelaborar suas culturas e identidades, os indígenas são acusados de serem "falsos índios", como de fato ocorreu no Espírito Santo, no caso Tupinikim e Guarani (em 2006).

1. Considerando as informações obtidas por meio dos diferentes meios de comunicação, considerando as leituras deste curso, quais as ideias que você faz da questão indígena? Escreva alguns apontamentos para serem considerados.

2. Como você definiria os desafios que cabem hoje aos povos indígenas e não indígenas, no sentido de construir juntos sociedades em que caibam diferentes modos de ser, de produzir e de viver, considerando a sustentabilidade ecológica.

Sugestões de leituras

1. **História dos Índios do Espírito Santo.** Kalna Maeto Teo e Klítia Loureiro. Vitória, ES: Editora do Autor, 2009.

2. **Esta terra tinha dono.** Benedito Prezia; Eduardo Hoornaert. CEHILA POPULAR-CIMI. FTD. 1994.

3. **Indígenas do Leste do Brasil. Destruição e resistência.** Benedito Prezia. (Subsídio didáticos para o Ensino Fundamental e Médio. São Paulo: Paulinas, 2004

4. **Os Tupinikim e os Guarani contam.** Educadores Tupinikim e Guarani & Edivandra Mugrabi. Vitória: MEC/SEDU, 1999

5. **Os Tupinikim e Guarani na Luta pela terra.** Educadores Tupinikim e Guarani. Brasília: MEC/SEF, 2001.

6. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce.** Auguste Saint-Hilaire. Belo Horizonte: Itatiaia; S.Paulo: Edusp, 1974. (Coleção. Reconquista do Brasil, v.6.) (Para professores)